

III SEMANA DO CONHECIMENTO

Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:

Resumo

Relato de Caso

ACESSIBILIDADE UNIVERSAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO: O CASO DO CAMPUS I DA UPF, PASSO FUNDO-RS

AUTOR PRINCIPAL: Jaqueline Becker Fengler.

CO-AUTORES: Wagner Mazetto de Oliveira, Nelita Pretto, Rosa M. Locatelli Kalil

ORIENTADOR: Adriana Gelpi.

UNIVERSIDADE: Universidade de Passo Fundo

INTRODUÇÃO:

A mobilidade urbana e a acessibilidade universal são questões inerentes ao direito de ir e vir do cidadão, e estão diretamente relacionadas ao direito de uma plena vida urbana. Neste sentido, não podem ser admitidas barreiras ao percurso, barreiras entendida como entraves ou obstáculos que limitem ou impeçam o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação. Visto tal panorama, este trabalho trata da pesquisa sobre a acessibilidade universal em estabelecimento de ensino, focando o Campus I da UPF na cidade de Passo Fundo. Aborda a questão da dificuldade de conscientização da população e dos gestores sobre a problemática, mas que a partir de legislação norteadora, coloca que avanços estão sendo feitos na implantação de rotas e espaços acessíveis. Diagnostica o Campus I da UPF, em relação à acessibilidade universal em suas áreas urbanas e espaços abertos, projetando traçado de rota acessível.

DESENVOLVIMENTO:

Dischinger e Bins Ely (2010) observam que as leis e normas brasileiras decorrentes desta compreensão sistêmica, exigem que os espaços públicos urbanos e as edificações possam ser utilizados por todos, incluindo as pessoas com deficiência. Então adequar às escolas para o desenho e acessibilidade universal, desde a educação infantil até às universidades não é apenas uma necessidade, e sim, uma obrigação. Neste sentido, Duran e Esteves (2010), colocam que em relação aos espaços escolares,

III SEMANA DO CONHECIMENTO

3 a 7 DE OUTUBRO
DE 2016

O conjunto de intervenções necessárias para tornar os edifícios acessíveis passou a ser mais amplo e desafiador. O Campus I da UPF, concebido e meados do século XX e construído fora da área urbana da cidade de Passo Fundo, teve a implantação da sua infraestrutura universitária organizada de forma gradativa, sem projeto urbano e plano diretor para futuras expansões, baseado em edificações isoladas e espaços projetados, que priorizavam a circulação veicular em detrimento do deslocamento de pedestres e ignorando totalmente a acessibilidade universal aos prédios, no seu interior e entorno urbano. A pesquisa "Acessibilidade universal em instituições de ensino: o caso do campus I da UPF, Passo Fundo-RS", justificou-se pela importância e necessidade do diagnóstico do Campus em relação à acessibilidade universal, objetivando propor diretrizes para sua implantação ou qualificação e adequação às normativas (GELPI, 2015). A metodologia da pesquisa ocorreu em três etapas: a) a primeira etapa foi realizada em gabinete, em que se realizou pesquisa, coleta de dados, estudos de caso e revisão da norma ABNT NBR 9050:2014; b) a segunda etapa contou com o levantamento de campo, identificação de pontos críticos e análise topográfica através de anotações, medições e registros fotográficos, diagnosticando a infraestrutura para pedestres e verificando suas condições e requisitos à acessibilidade universal; c) a terceira, também realizada em gabinete, consistiu na organização dos dados coletados, análise das informações, traçado digital da rota acessível, elaboração do projeto e detalhamento das obras de arte (travessias, rampas, percursos, rebaixos, elevações e mobiliário). Com a aplicação dessas três etapas metodológicas, verificou-se a necessidade de uma pesquisa de pós-ocupação, a mesma está em andamento e tem como objetivo quantificar e analisar as opiniões dos usuários do campus com relação as mudanças implantadas. Com relação a difusão do conhecimento, foram compartilhados modelos de elementos para acessibilidade universal a serem distribuídos para os alunos do curso de arquitetura e urbanismo e engenharias da universidade, assim como no município e na região, fundamentando as disciplinas do curso e formadores de opinião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Constata-se então que a acessibilidade é um direito inerente ao usuário, contudo no tecido urbano isso é bastante deficiente. Com relação a acessibilidade universal no Campus I, inúmeras foram as dificuldades encontradas á remodelação dos espaços. No traçado da rota acessível, foi possível contemplar espaços e eixos de circulação, conectando e qualificando o entorno imediato dos diversos elementos arquitetônicos.

REFERÊNCIAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.
DISCHINGER, Marta; BINS ELY, V. H. M.; PIARDI, S. M. D. G. Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos. Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público. Florianópolis: MPSC, 2012.

III SEMANA DO CONTECIMENTO

DURAN, M.G, ESTEVES, R. G. Ações integradas para acessibilidade em escolas: um caminho para a inclusão. In Prado, A. R. de A, LOPES, M. E, ORNSTEIN, S. W. (org) Desenho universal: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010.
GELPI, A. Acessibilidade universal em IES: o caso do Campus I da UPF. P. Fundo, 2015.

307 OUTUBRO
2016

NÚMERO DA APROVAÇÃO CEP OU CEUA (para trabalhos de pesquisa): A pesquisa não requer avaliação do comitê de ética.

ANEXOS:

Poderá ser apresentada somente uma página com anexos (figuras e/ou tabelas), se necessário.